



O InfoPAS desse semestre trata do Pagamento por Serviços Ambientais. Conversamos com Ana Paula Santos, Coordenadora de Projetos da FVPP e que atuou na implantação do Proambiente no Pólo da Transamazônica, onde atualmente o Projeto Assentamentos Sustentáveis realiza o PSA a 350 famílias. Ela nos conta como foi a origem do PSA nessa região e qual a contribuição do projeto.

CONVERSA COM

Ana Paula Santos Souza

MESTRE EM AGRICULTURA FAMILIAR E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFPA) ATUALMENTE COORDENADORA DE PROJETOS DA FVPP.



IPAM *Quando surgiu a idéia de implantar o PSA nessa região do Pará?*

ANA PAULA Tudo começou com o Pólo Pioneiro do Proambiente ainda em 2000, um programa criado pelo movimento sindical do

meio rural com apoio de várias organizações como IPAM, FASE Amazônia, CONTAG, FETAGRI e outros, programa esse que mais tarde recebeu apoio do MMA, mas por decisão do próprio governo não seguiu em frente. Dentro do Proambiente, entre outras ações, já existia uma proposição de remunerar os agricultores pelos serviços ambientais (bônus ambiental) prestados com suas práticas de redução de fogo, cuidados com as matas ciliares, não uso de agrotóxicos entre outros, chegando inclusive a ter esse pagamento (100,00/mês) efetuado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA por 06 meses (2005/2006) para todos os pólos do Proambiente, através de projetos desenvolvidos pelas entidades executoras. Na Transamazônica a entidade executora do Pólo era a FVPP. Após a paralização o projeto só foi retomado em 2009/2010 quando o próprio IPAM em parceria com a FVPP constatou através de suas atividades de campo que boa parte dessas famílias do pólo da Transamazônica continuava esperando que o Programa fosse reativado e mais, continuavam mantendo as mesmas práticas

promovidas pelo Proambiente. Nesse sentido, a FVPP e o IPAM decidiram apresentar uma proposta ao Fundo Amazônia que contemplasse também a demanda do PSA como uma das iniciativas de fortalecimentos da agricultura familiar praticada por essas famílias...

IPAM *Sabe-se que apesar da boa vontade dos agricultores e das instituições locais, o Proambiente acabou não acontecendo, quais as razões disso para você?*

ANA PAULA Para ser sincera acho que o Proambiente era avançado demais para os investimentos de agricultura previstos naquela época. Muitas mudanças seriam necessárias: na forma de fazer ATER, nas regras do acesso ao crédito, o PSA por exemplo, foi pensado para ser pago pelo governo. Ou seja, o que se estava propondo era uma “reformulação” na política dirigida à agricultura familiar. O governo Federal achou melhor investir nos programas já existentes e colocar um fim no Proambiente.

IPAM *Para você, qual a importância dessa iniciativa do Projeto Assentamentos Sustentáveis em dar continuidade a esse projeto?*

ANA PAULA Retoma um processo sólido de debate sobre os investimentos coerentes para a agricultura familiar nessa região, fornece subsídios para a implantação de uma política de PSA no Brasil a luz da realidade amazônica e principalmente propõe um modelo de gestão em que o agricultor é parte importante na gestão, não mero beneficiário do estado; suas demandas são escutadas, mas sua parcela de responsabilidade na engrenagem da gestão também é contemplada.

IPAM *Como você avalia o início dos repasses financeiros aos agricultores que por tanto tempo esperaram?*

ANA PAULA Considerando todas as dificuldades e os mecanismos públicos inexistentes ou frágeis para fazer esses repasses estamos superando limites. Em um futuro próximo analisar o significado dessa prática na vida dessas famílias pode ajudar a apontar importantes caminhos a serem seguidos na formulação de uma política de PSA para a Amazônia.

Construção participativa da sustentabilidade

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

Um dos processos em construção no PA Moju I e II é o fortalecimento das associações que agregam as famílias nas 30 comunidades do assentamento. O fortalecimento institucional e organizacional compõe a estratégia de cogestão do Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS), juntamente com o Grupo de Sustentação. Nos últimos meses, as ações realizadas fizeram parte do esforço de consolidação da estratégia de cogestão do PA com a participação do PDS Igarapé do Anta. A atuação do PAS nesse eixo vem se dando através de três componentes: A ação; Assessoria as associações comunitárias; Apoio na consolidação da Central de Associações (CAAREAPA) e; O fortalecimento do Grupo de Sustentação.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As atividades no PA Moju I e II ocorreram a partir de dois tipos de ações: elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para as famílias do assentamento e solicitação da Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) para o início das atividades produtivas. Das 151 famílias beneficiárias do projeto, 140 CAR foram elaborados pelo IPAM e 11 por terceiros e 480 CAR elaborados para as demais famílias beneficiárias indiretamente pelo projeto no PA Moju I e II (30,19% do total das famílias do assentamento).

A atividade de licenciamento ambiental tem sido muito importante como contribuição do projeto no processo de regularização ambiental do PA. A elaboração de CAR e DLA se deu através de um processo participativo envolvendo as Associações Comunitárias da maioria das Comunidades do PA Moju, a Central de Associações (CAAREAPA) e o Grupo de Sustentação do PAS, além do INCRA/SR-30 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mojuí dos Campos (STTR/Mojuí).

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Outro componente importante das ações desenvolvidas no segundo ano do projeto é o trabalho de As-



Técnicos orientam agricultor na implantação de viveiro

sistência Técnica (ATER) para conduzir o processo de transição produtiva. A metodologia de ATER utilizada junto às famílias beneficiárias se baseia em quatro ferramentas básicas: Diagnóstico socioeconômico; Plano de Uso do Lote (PU); Planejamento das ações prioritárias e; Acompanhamento técnico periódico. O processo de ATER no PA Moju I e II conta com os serviços de um agrônomo, um engenheiro florestal, um sociólogo, uma advogada, um técnico agropecuário e um técnico florestal.

As principais atividades de ATER no apoio a produção desenvolvida no segundo ano do projeto PAS foram: identificação das áreas para acompanhamento técnico e recebimento do fomento produtivo do projeto e início do acompanhamento técnico.

SUSTENTABILIDADE NO USO DA FLORESTA

No segundo ano do projeto, foi iniciado o trabalho de valorização da floresta através de uma estratégia de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF). O trabalho desenvolvido buscou identificar famílias envolvidas que por opção já haviam definido o manejo das florestas de seus lotes. A partir desse processo foi realizado um trabalho de organização, capacitação e construção do Plano de Manejo Florestal com um grupo de 15 famílias como um coletivo de manejadores florestais (CMF) dentro do Assentamento.

PA Bom Jardim e Grupos de PSA • Território da Transamazônica

Atividades março a setembro de 2014

REPASSE FINANCEIRO AOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PILOTO DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

Os primeiros pagamentos do PSA já foram efetuados, os agricultores recebem trimestralmente, via Vale Postal Eletrônico (um serviço oferecido pelos Correios), o pagamento referente ao desmatamento evitado. O valor máximo mensal que pode ser acessado por cada agricultor é R\$ 140,00, variando de acordo com os critérios estabelecidos em contrato, que estão ligados aos Planos de Uso e referentes à Área de Preservação Permanente (APP), Cobertura Florestal e Atividades produtivas apoiadas pelo projeto no lote.

FINALIZAÇÃO DOS PLANOS DE USO DO PSA E PA BOM JARDIM

Foram finalizados os trabalhos de elaboração dos planos de uso (PU) das 350 propriedades que recebem PSA e também das 100 famílias do PA Bom Jardim. O PU é um planejamento da propriedade para os próximos 08 anos que considera as atividades produtivas já em andamento no lote e outras que tem possibilidade de desenvolvimento na região, assim como a vontade e conhecimento da família e sua mão de obra, a capacidade de investimento da família e do projeto, as questões ambientais e a viabilidade técnica de cada iniciativa. A



O agricultor Siriaco recebendo seu repasse financeiro em agência dos Correios

partir da consideração destes elementos, são listadas atividades prioritárias para cada propriedade e com base nisso o serviço de assistência técnica orienta as famílias sobre como desenvolvê-las.

INICIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL AS FAMÍLIAS (PSA)

As atividades de prestação de assistência técnica às famílias tiveram início logo após a finalização dos planos de uso. Neste sentido, além das visitas a cada família, foram realizadas atividades coletivas como: Dias de campo sobre psicultura; Construção de cerca elétrica para manejo de pastagens; Construção de canteiros para cultivo de hortaliças e; Capacitação em manejo florestal.

INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Neste semestre o PAS realizou diversas atividades voltadas para o fortalecimento do associativismo e das organizações ligadas às famílias de produtores e produtoras rurais. Entre elas foram realizados 02 cursos de capacitação das lideranças em associativismo e reuniões com associações já atuantes para apoiar na elaboração dos projetos submetidos ao Fundo Dema.

MANUTENÇÃO DAS REUNIÕES COM O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO DO PROJETO E COM AS LIDERANÇAS DO PA BOM JARDIM

Além das reuniões no PA Bom Jardim, foram realizadas reuniões com o Grupo de Sustentação (GS) do assentamento formado por lideranças da FVPP e representantes dos STTRs, CFRs e FETAGRI/Transamazônica a fim de discutir atividades e andamento do projeto.

VISITA DO FUNDO AMAZÔNIA/BNDES

No dia 06 agosto de 2014, as famílias envolvidas no PAS receberam a visita de uma equipe do Fundo Amazônia/BNDES para acompanhamento das atividades. Os técnicos do Fundo Amazônia conheceram a realidade de propriedades atendidas no município de Pacajá.

PA Cristalino II • Território BR 163

Articulações interinstitucionais e planejamento local geram avanços de interesse social dos assentados

Após dois anos do PAS na promoção de um Grupo Sustentação do PA Cristalino II, é possível apresentar alguns avanços no enfrentamento dos principais problemas.



Reunião do Grupo de Sustentação do PA Cristalino II

REVISÃO OCUPACIONAL

Após audiências e encontros com o superintendente do INCRA SR 30, Luiz Bacellar, foi deliberado dentre as ações prioritárias a visita ao PA Cristalino II para Revisão Ocupacional, realizada de 03 a 12 de dezembro de 2013. Como desdobramento desta ação, foi publicado um Edital de Convocação no jornal Folha do Oeste, onde 18 famílias foram recomendadas inseridas como beneficiárias do PNRA para ocupar parcelas consideradas abandonadas. Destas, 6 já foram homologadas.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER):

A ATER para o PA Cristalino II e assentamentos do seu entorno foi pauta das reuniões do Grupo de Sustentação, resultando no lançamento de Edital de contratação dos serviços contemplando a região, ação que deve fortalecer e expandir a estratégia já implantada no PA Cristalino II pelo PAS.

AÇÃO DE CIDADANIA DO PA CRISTALINO II:

Para garantir que todas as famílias estejam aptas a acessar as políticas públicas, organizações sociais propu-

seram a realização de uma ação para a emissão de documentação aos integrantes das famílias assentadas. A ação foi realizada no dia 07 de julho na comunidade Serra Fumaça com apoio do IPAM e a Agência dos Correios de Itaituba/PA. Neste evento foram emitidos 67 CPF a assentados do PA Cristalino II e outras comunidades da região.

ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO GRUPO DE SUSTENTAÇÃO:

As organizações sociais do PA Cristalino II serão beneficiadas pelo projeto com um espaço físico estruturado para auxiliar todas entidades membros do Grupo de Sustentação. Na última reunião do grupo foi deliberado que este investimento será feito na sede da Associação de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Cristalino II (ADESAF). O investimento consiste em mobília básica e um computador que ficará a serviço das organizações integrantes do Grupo de Sustentação.

AGENTE ARTICULADOR:

Foi deliberado na última reunião do Grupo de Sustentação, que o investimento previsto no projeto para o agente comunitário no PA Cristalino II será aplicado no formato de agente articulador. O agente articulador terá um papel fundamental de suporte a equipe técnica e de aperfeiçoar as ações de mobilização e comunicação.

PLANO RECUPERAÇÃO DO ASSENTAMENTO (PRA):

O PA Cristalino II foi palco da construção das ações do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). O evento foi realizado pelo IPAM, em parceria com o Grupo de Sustentação. Participaram 79 assentados e assentadas, representantes dos moradores das quatro regiões do assentamento. O IPAM apresentou os resultados dos diagnósticos realizados em 2013, a partir do qual os assentados definiram o cenário desejado no prazo de cinco anos. Os assentados propuseram metas, descrições, prazos e responsáveis pela execução.

CONVERSA COM Luciano Mattos

PESQUISADOR DA EMBRAPA CERRADOS.

IPAM *Luciano, você pode nos falar um pouco sobre a origem do Proambiente?*

LUCIANO A ideia se originou na década de 90 por meio uma pesquisa da UFPA, FASE, FETAGRI e IMAZON que deu origem ao livro *Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará* (Brasília Jurídica : FASE, Programa Pará, 2000). Os resultados desse estudo, juntamente com a pressão dos movimentos sociais, promoveram debates sobre o espaço da agricultura familiar nas linhas de crédito e um espaço para o modelo de produção familiar amazônica. Abriu-se então uma linha de crédito para essa produção, no entanto, vinculado a culturas anuais e gado. Isso ainda não era suficiente para garantir a rentabilidade das pequenas propriedades, então começamos a pensar em uma maneira dos instrumentos econômicos serem capazes de reconhecer o modo de produção familiar amazônica, e assim surgiram as primeiras ideias do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar da Amazônia (Proambiente).

IPAM *E inicialmente qual era a ideia do Programa?*

LUCIANO O A ideia era um crédito que garantisse a produção e rentabilidade, mas também a qualidade ambiental. Aí entra a questão dos serviços ambientais. Como o banco não financiava esses serviços, os movimentos sociais pensaram no instrumento de rebate (desconto) ecológico no crédito para as culturas que tinham necessidade desses serviços ambientais.

IPAM *E como calcularam esse rebate ecológico?*

LUCIANO A primeira base de cálculo foi o custo da retirada do

fogo: estimamos que eram necessárias 30 diárias a mais de trabalho para retirada do fogo, e esse seria o valor do desconto. Só que durante uma apresentação do projeto, um agricultor me perguntou como se beneficiariam as famílias que não tinham ou utilizavam crédito, e daí pensou-se no pagamento direto.

IPAM *Como foi o processo de transformação dessas ideias em um programa de governo?*

LUCIANO A proposta foi entregue ao governo entre 2002 e 2003 e foi absorvida pelo Ministério do Meio Ambiente. A ideia central era o replanejamento do uso da terra e o controle social das políticas públicas, por meio da formalização dos conselhos e da participação social nos processos, com acordos comunitários para o planejamento territorial.

IPAM *Quais foram os principais problemas enfrentados na implementação do programa?*

LUCIANO Ao ser incorporado pelo governo a participação social se restringiu e a burocracia aumentou. Além disso, faltou uma articulação política com as prefeituras nas áreas dos polos, pois algumas das atribuições eram de responsabilidade jurídica delas.

IPAM *O que você mudaria se fosse implementar o Proambiente hoje?*

LUCIANO Eu apresentaria o projeto ao Ministério da Agricultura, pois quando o projeto começou a ser discutido no MMA, o foco ficou no pagamento por serviços ambientais e não na transição agroflorestal, que era ideia central do programa. Além disso, promoveria uma interlocução política melhor com as prefeituras das cidades que abrigam os polos do programa.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ITAITUBA (STTR) DESTACA CONQUISTAS EM 2014

Maria do Socorro Almada dos Santos, Presidente do STTR de Itaituba destacou as conquistas relacionadas à abertura de estradas e implementação do Programa Luz para Todos em assentamentos do município como algumas das principais conquistadas da entidade em 2014.

Em duras negociações com INCRA o STTR conseguiu negociar a liberação de recursos para abertura e manutenção de estradas

dentro dos Projetos de Assentamentos Ypiranga e São Benedito que vai beneficiar centenas de assentados e assentadas. Em relação do Programa Luz para Todos, as reivindicações do STTR resultaram na assinatura e execução do 4º e 5º contrato dentro do PA Ypiranga, sendo que na vicinal da 15 a instalação de energia já foi concluída e as obras destes contratos continuam em execução nas comunidades Santa Rita, Santo Antônio, Santa Terezinha, Igarapé Preto e Santo Antônio do Itapacurazinho.

Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

REALIZAÇÃO



O **INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM)** é uma organização de pesquisa científica, não-governamental e sem fins lucrativos que, há 17 anos, trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, justiça social e proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região.

ENDEREÇOS DO IPAM: **Altamira (PA):** Alameda Brasil, 1012. CEP 68.372-510. Tel: (93) 3515-3510; **Belém (PA):** Trav. Mauriti, 3398 - Altos. CEP: 66.093-180. Tel: (91) 3239-6500; **Brasília (DF):** SHIN CA 5, Bloco J2. Salas 306,308,309. CEP: 71.503-505. Tel: (61) 3468-2206 / 2109-4150; **Canarana (MT):** Rua Horizontina, 104. CEP: 78.640-000. Tel: (66) 3478-3631; **Itaituba (PA):** Rua Lázaro de Almeida Baima, 791 (2ª Rua) - Jardim das Araras. CEP: 68.180-110. Tel: (93) 3518-1688; **Rio Branco (AC):** Rua Dourado, 142, conj. Tangará. CEP: 69.915-002. Tel: (68) 3226-2778; **Santarém (PA):** Av. Rui Barbosa, 136. CEP: 68.005-080. Tel: (93) 3522-5538 / 3522-5285.

ESSE PROJETO RECEBE RECURSOS DO



APOIO



PARCERIA



A **FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP)** é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1991 por iniciativa de agricultores familiares e movimentos populares da região da Transamazônica e Xingu no oeste do Pará. Desde a sua fundação, se mantém articulada com os movimentos sociais da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.

ENDEREÇO: Rua Anchieta, 2092, Altamira (PA). CEP: 68.371-272. Tel: (93) 3515-2406



O **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)** é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

ENDEREÇO: SBN Qd. 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Brasília (DF). CEP: 70.057-900. Tel: (61) 3411-7474

O **Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia** conta com três grupos de sustentação, situados um em cada território de abrangência do projeto. Estes grupos são compostos por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações de produtores entre outras **entidades que representam as famílias assentadas e demais atores envolvidos nas atividades**. Tem como objetivo contribuir no processo de gestão do desenvolvimento dos assentamentos.